



Diagnóstico
das TIC e Eficiência Energética
na Administração Pública



JUNHO 2010



As TIC e Eficiência Energética na Administração Pública

ENTIDADES COORDENADORAS DOS GRUPOS DE TRABALHO



Novabase

ENTIDADES MEMBROS DOS GRUPOS DE TRABALHO



ORACLE



ENTIDADES PARCEIRAS NA RECOLHA E TRATAMENTO DE DADOS



Com o apoio do



COORDENADOR DOS GRUPOS DE TRABALHO

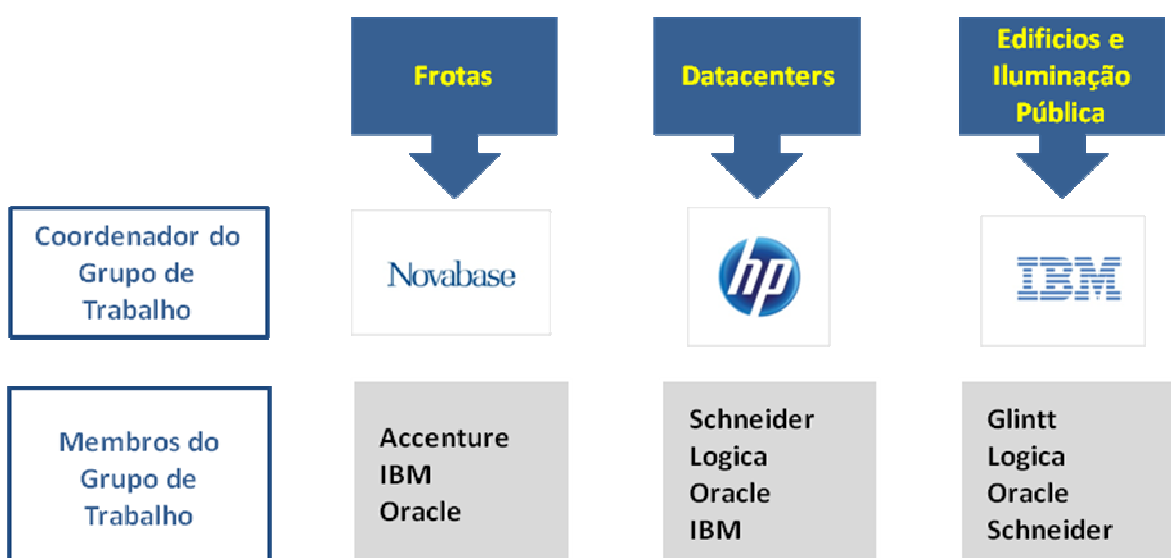
Jorge Vasconcelos, Coordenador do *Workshop* “TIC e Eficiência Energética: O Estado deve dar o exemplo”

ENQUADRAMENTO

No âmbito dos *Workshops* “Ciclo APDC: Para uma Administração Pública do Século XXI”, em que se propõe uma reflexão sobre a Administração Pública que temos hoje e sobre os desafios para a próxima década, o desafio da eficiência energética ocupa um lugar saliente.

Na preparação do *Workshop* “TIC e Eficiência Energética: O Estado deve dar o exemplo”, que se realizou no passado dia 23 de Junho 2010, a APDC julgou útil realizar um diagnóstico da situação actual dos consumos energéticos da Administração Pública Portuguesa.

Para a realização do referido diagnóstico foram identificadas 3 vertentes de análise relevantes - Edifícios e Iluminação Pública, Frotas e Data Centers - as quais foram atribuídas a 3 Grupos de Trabalho constituídos para o efeito.



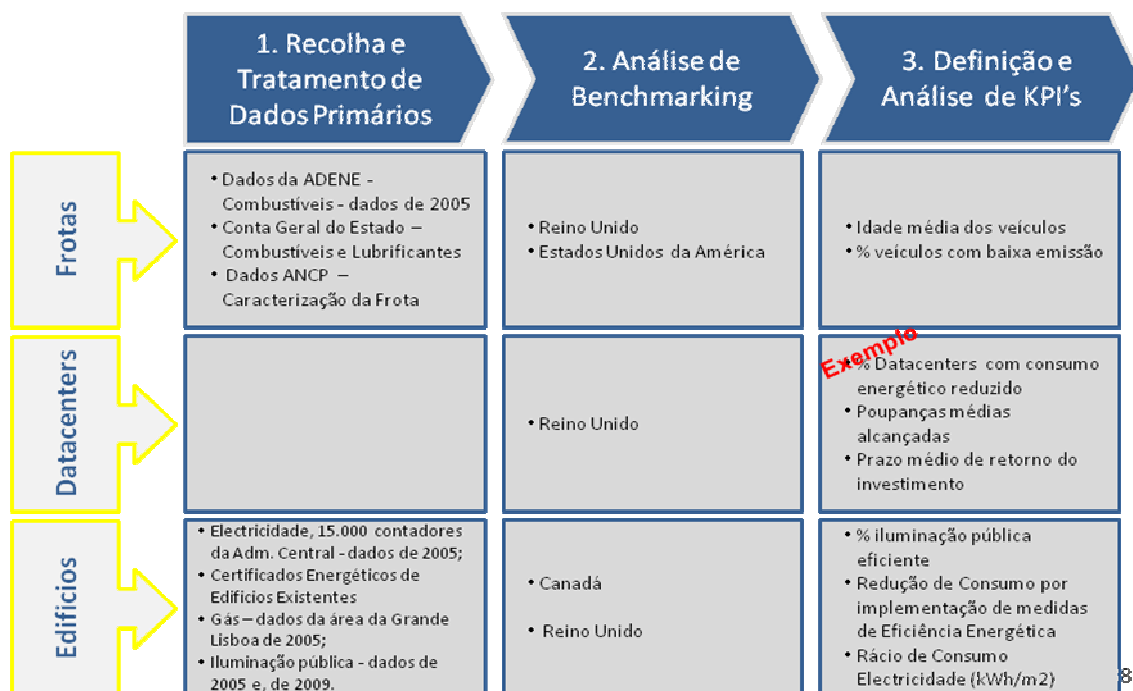


A APDC contou ainda com a fundamental colaboração e parceria de Entidades oficiais, nomeadamente a ADENE, a ANCP e o Instituto de Informática, cujo apoio se agradece.

A análise realizada pretendeu:

1. Avaliar, de forma global, bem como para cada uma dos sectores identificados e dos seus principais subsectores (nomeadamente Educação, Justiça, Saúde, Finanças, Segurança Social, Ambiente, Administração Interna), o actual nível de eficiência energética da AP.
2. Comparar o desempenho global da AP neste domínio face a outras Administrações Públicas mundiais e/ou melhores práticas públicas ou privadas.
3. Identificar tendências globais e, sempre que possível, igualmente tendências sectoriais.
4. Realizar comparações, designadamente comparações intersectoriais.

Para alcançar estes objectivos, foi seguida a metodologia que a seguir se discrimina:





Um dos grandes problemas com que o Grupo de Trabalho se deparou foi a **lacuna** de informação da Administração Central e Local, e a **falta de coerência** da informação para efectuar comparações em termos de evolução temporal e de *benchmarking*.

- Não existe informação suficiente e coerente que permita quantificar e caracterizar adequadamente o consumo de energia na Administração Pública. Consequentemente, não é possível monitorizar a evolução da eficiência energética na Administração Pública de forma sistemática.

A realização dos estudos e do *Workshop* permitiu retirar as seguintes conclusões:

- A promoção da eficiência energética na Administração Pública é parte integrante e importante das políticas nacional e da UE.
- A factura energética da Administração Pública é superior a 500 milhões de euros por ano; o valor exacto não é conhecido.

O consumo de energia eléctrica nacional em 2008 totalizou 49,186 TWh, sendo que o consumo dos Edifícios do Estado representa 5,5% deste valor e a Iluminação das vias públicas 3,3%. Em conjunto, os edifícios do Estado e a iluminação pública representam cerca de 9% do consumo total nacional de electricidade.

As taxas de crescimento do consumo de electricidade nos edifícios públicos e na iluminação pública são muito superiores (aprox. o dobro) à taxa média nacional.

- A despesa do Estado com combustíveis equivaleu em 2008 a aproximadamente 85.000.000 € (oitenta e cinco milhões de euros), sendo que o número de veículos do Estado, cadastrados no PVE da APDC, em Junho de 2010 totalizava 29.178.
- Os Datacenters não são possíveis de contabilizar por falta de informação agregada relativamente a este tema, da mesma forma que só agora se começa a falar da monitorização dos seus consumos.

Dos estudos realizados e do *Workshop* resultam as seguintes recomendações:

1. Promover a recolha, o tratamento e a publicação regular de informação sobre o consumo de energia da administração pública (quantidades, custos, padrões de consumo).



As TIC e Eficiência Energética na Administração Pública

2. Manter informação actualizada sobre os parques de edifícios, de equipamentos (e.g. data centers) e de viaturas do Estado.
3. Definir indicadores de eficiência energética na Administração Pública central, regional e local, incluindo iluminação pública.
4. Promover comparações inter-sectoriais e inter-nacionais.

Em seguida apresentam-se os 3 (três) relatórios elaborados pelos Grupos de Trabalho referentes a Edifícios e Iluminação Pública, Frotas e Data Centers.

Assim, como os contributos dos diferentes Grupos de Trabalho no que diz respeito às Frotas e Data Centers.